

JORNAL DO LEITOR

PARA PARTICIPAR: ENVIE SEU TEXTO PARA JORNALDOLEITOR@OPOVO.COM.BR OU LIGUE PARA 3255 6088

Os textos deverão ter no máximo 1850 caracteres (com espaços) – com nome completo, endereço, telefone, e RG do remetente, que se responsabilizará pelo conteúdo. Os textos poderão ser resumidos, e O POVO se reserva no direito de selecioná-los para publicação.

Empoderamento para vender batom

Gabriel Jereissati
gabriel.jereissati@opovo.com.br

No mundo da comunicação, o mercado, de tempos em tempos, relembra que as mulheres existem. As campanhas ficam lilases, os feeds ganham frases de efeito, os vídeos trocam a venda direta por piano, pausa dramática e voz emocionada. O que era disputa por poder vira linguagem de afeto. E o feminismo, que nasceu para tensionar estruturas e proteger ativamente as mulheres, reaparece embalado como experiência sensível de marca.

A pauta feminista não desaparece, ela é absorvida. Em vez de confronto, homenagem. Em vez de questões reais, campanha. Em vez de transformação, *branding*.

Isso fica ainda mais nítido porque há dinheiro, escala e desejo demais em jogo. Segundo o Mapa da Segurança Pública 2025 (ano-base 2024), o Brasil registrou 1.459 vítimas de feminicídio em 2024, um leve aumento de 0,69% em relação a 2023, quando foram registradas 1.449.

É aqui que Margaret Mead,

antropóloga mundialmente conhecida, entra como chave de leitura séria, não decorativa. Em *Sex and Temperament in Three Primitive Societies* (1935), ela desmonta a fantasia de que “feminino” e “masculino” sejam essências naturais e fixas; mostra que esses papéis variam conforme a cultura, o aprendizado e a pressão social. O mercado entendeu isso há muito tempo. Se gênero também é construção simbólica, ele pode ser encenado, embalado e desenvolvido como linguagem de consumo. O problema é que essa tradução pode beirar o desserviço: a mulher da campanha é forte, bonita, segura, inspiradora e compradora. Quase nunca é alguém colocada diante da estrutura que ameaça sua vida.

E a estrutura, aliás, segue aí. A imagem da autonomia nas campanhas circula mais rápido do que a mudança estrutural, que se mantém adormecida. O *branding* corre; a justiça manca. A publicidade celebra a autoestima, mas dribla pautas de segurança real. Exalta potência, mas evita mecanismos. Oferece espelho quando o debate exige mudança, proteção e indignação.

O que vem antes do grito da mulher

Ana Katrine Moraes
anakatrinems@gmail.com

Ela diminuiu o tom de voz antes mesmo que alguém pedisse.

Foi quase automático. Como quem aprende cedo que existir demais incomoda. Primeiro, deixou de interromper. Depois, de opinar. Em seguida, passou a escolher melhor as palavras — não porque quisesse ser mais clara, mas porque precisava ser menos.

Menos incisiva, menos firme, menos visível. Disseram que era maturidade.

Ela acreditou por um tempo.

Vieram então os pequenos ajustes. A roupa que “não combinava”, a amizade que “não fazia sentido”, o jeito de rir que “chamava atenção”. Nada parecia grave isoladamente. Eram só comentários, desses que se dissolvem no ar e deixam apenas um leve desconforto.

Mas ficaram.

Como ficam todas as coisas que não são ditas em voz alta.

Um dia, ela percebeu que já não reconhecia a própria rotina. Caminhava com cuidado, falava com cautela, pensava duas vezes antes de tudo. Como se o mundo tivesse se estreitado ao redor dela — ou como se ela tivesse aprendido a caber em menos espaço.

Disseram que era amor.

Ela quis acreditar.

Até o dia em que o silêncio deixou de ser escolha.

Porque há um ponto em que o controle já não se disfarça. Em que o cuidado pesa. Em que o afeto aperta. Em que o medo começa a ocupar o lugar onde antes havia tranquilidade.

E quando finalmente vem o grito, ele nunca é o começo.

É só o que sobra de tudo aquilo que foi sendo permitido antes — cada correção, cada limite imposto, cada pedaço de liberdade cedido em nome de algo que jamais foi amor.

Há sinais. Quase sempre há sinais.

Mas fomos ensinados a chamá-los de exaustão, drama, má interpretação. Fomos treinados a suavizar o que fere, a justificar o que limita, a esperar que passe.

Mas não passa.

O feminicídio, às vezes, começa assim.

Sem sangue.

Sem manchete.

Sem urgência.

Começa no instante em que alguém aprende que precisa diminuir para continuar existindo.

E termina quando já não há mais espaço para existir.

O POVO EDUCAÇÃO

ESTE ESPAÇO É DESTINADO AOS TEXTOS DOS ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS, PARTICULARES E REPÓRTERES CUCA PARTICIPANTES DO PROJETO CORRESPONDENTE O POVO

Crônica de, mais um, feminicídio

Esequiel Mesquita
Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC

Estava na sala fazendo meu crochê. A novela das nove no finalzinho. Vi Carlinhos, cambaleante, cruzar o quintal da casa dos pais agitado. Trazia nas mãos um objetivo. Nem bateu na porta, quebrou o ferrolho com um chute e veio para cima de mim.

O casamento no começo, bonito. Tínhamos sonhos; foram afogados. Nunca levantara a voz. Dizia que me amava. Eu, rainha da casa. Não percebi quando os ciúmes cresceram. Deixei de visitar a casa dos meus pais, mesmo machucando o coração de mamãe. Da voz alta ao primeiro bofete foi um aprisionamento; andava triste, perseguida, miúda. Os sonhos que me davam alegria, agora pesavam. Reparti-os e guardei numa caixa. Carlinhos ficou com a chave. Ousei pegá-las de volta. Mal contei sobre as aulas à noite que não atrapalhariam a lida. Contei feliz; um prato de sopa quente foi jogado na minha cara. Não recuei; disse que iria estudar. Tá é querendo arranjar namorado, foi o que ele me respondeu. Insisti. — Pois assim não dá mais não. Vamos nos separar — tive essa coragem. Foram duas pancadas no meu corpo.

No outro dia saiu cedo, foi encher a cara. Vai me pedir perdão mais tarde e deixar eu ir, pensei.

Entrou em casa. Lembrei das palavras de mamãe: — Homem que bate não muda. Quería tanto que eu voltasse a morar com ela; seguir minha vida longe dele. Não deu tempo. Apontava a faca em minha direção. Uma besta. Joguei o novelo em cima dele. Daria tempo de correr, pensei. Cheguei à porta quando senti uma primeira pontada que me retirou a luz da vista.

Caí deixando meus sonhos no chão; ao lado de 1.568 outros casos de feminicídio no Brasil de 2025.

Poderia ter sido diferente.



Os sonhos que me davam alegria, agora pesavam. Reparti-os e guardei numa caixa. Carlinhos ficou com a chave. Ousei pegá-las de volta



CARLUS CAMPOS

A inaceitável escalada do feminicídio

Maria José Monte Holanda
Escritora

A insuficiência de políticas públicas, empenho político, jurídico e rigor no enfrentamento da violência contra as mulheres, contribui para a escalada do feminicídio que só cresce no país. Se faz necessária e urgente medidas para conter a estatística que só aumenta, constituindo um fator desmoralizante para as autoridades e demais instituições que trabalham no combate dessa horrenda ameaça. É imperioso e inadiável se concretizar a cidadania feminina.

O feminicídio transpõe gerações. A distribuição desigual do poder e dos direitos entre os gêneros resulta em discriminação e desprestígio social feminino, em que modelo patriarcal mantido ao longo do tempo contribui para a permanência da falsa superioridade do sexo masculino.

As instituições ligadas à defesa da mulher e toda sociedade, devem incentivar a vítima a denunciar, a não ter medo ou vergonha de expor a violência doméstica seja sexual, física, moral ou patrimonial. Quando sancionada a Lei Maria da Penha, nº 11.340 em 7 de agosto de 2006, objetivando proteção a abusos e violências contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, tivemos algum avanço no combate a esse inconcebível ato do maltrato e assassinato feminino. Porém, indicadores mostram diariamente o número de mulheres que são mortas por companheiros no país que tem uma lei que tipifica esse crime. Como explicar? Esse combate, além de um problema de segurança pública e justiça criminal, é um desafio para toda a sociedade na luta por direitos fundamentais e humanos que beneficiem a todos. Mais rigor na lei que julga e aprisiona esses indesejáveis criminosos!

Tragédia brasileira

Yasmim Dourado
Ex-Correspondente O POVO

Tudo se inicia na competência do fazer. O sujeito do fazer tem a concepção de que pode mudar o estado da mulher a partir do momento que pressupõe sua própria posse. A ele, o possível encontra-se sempre no plano do haver. A ela, cabe o encaixar-se numa subexistência, em que se pensa estar ganhando o direito sobre si própria, imersa na ilusão do futuro.

No início, é apenas o desejo. Anseia-se pela proximidade, pelo toque, pelo afeto, pelo saber. É seu papel. Não demora muito a tornar-se no querer. Daí, muda-se de figura, por não ter mais o imperativo, vem a manipulação carregada de achismos de propriedade. A ele, tudo pertence. Já na vida a dois, as micro agressões vão passando a receber ênfase, apesar de sempre terem estado lá veladas pela passabilidade masculina primordial: “ele é homem”. No desfecho, os jornais são os primeiros a noticiar.

Subjugada à domesticação, há o mito de que, no lar, a mulher é soberana. Vê-se, depois, que a casa é o lugar mais provável de uma mulher ser morta. Apesar de sabermos seus nomes, elas passavam, invisíveis, pela multidão. Com a morte injusta fruto do ódio ao segundo sexo, adquire-se um olho no passado e outro no futuro. Os que estavam ao redor podiam até reparar, mas pouco fizeram. E, se fizeram, pouco podiam ajudar quando a mulher acreditava que o perdão era capaz de mudar o passado. Poucas são as quais percebem que “Quem ama, não mata” a tempo. Elas encontram-se, agora, no plano do não-haver, do foi-se.

Assim, se vê tantas Daniellas Perez e Ângelas Diniz por aí. Não é preciso nem ir tão longe para buscar os nomes dessas mulheres-vítimas, subordinadas pelos seus próprios parceiros que antes faziam juras de amor. Olhe ao redor com atenção e verá que pouco mudou. A violência não se esvai, mas se atualiza, quando o sistema continua igual por acreditar-se na premissa que a Lei Maria da Penha é suficiente para deter a animalidade do homem.

No fim, cabe à polícia buscar pelos corpos, vestidos de organdi azul ou não, que se configuram como a maior tragédia brasileira: ser mulher.